

Sumário

Introdução.....	1
1. Estado, Democracia e Sociedade Civil.....	9
1.1 Os movimentos sociais e o necessário tensionamento da democracia.....	9
1.2 Movimentos sociais e manifestações de rua.....	32
1.3 O fechamento de vias públicas como finalidade do protesto.....	45
2. Direito Fundamental de Reunir-se Pacificamente.....	61
2.1 Âmbito de proteção.....	61
2.1.1 Limites.....	74
2.1.2 Abuso.....	85
2.2 Possibilidades de restrição.....	93
2.2.1 Restrições de tempo.....	116
2.2.2 Restrições de modo.....	117
2.2.3 Restrições de local.....	118
2.2.4 Restrições de pessoa.....	129
2.3 Exigência de aviso prévio.....	130
3. Direito Fundamental de Reunir-se Pacificamente, no Direito Estrangeiro....	137
3.1 A rua como foro público, e as restrições de tempo, lugar e modo.....	139
3.2 Aviso prévio.....	148
3.3 Bloqueio intencional de vias públicas.....	154
3.5 Dever de cooperação.....	160
4. Regulamentação Administrativa e Legislativa	
Local das Reuniões em Vias Públicas.....	163
4.1 Regulamentação administrativa dos limites e restrições expressamente estabelecidos na CRFB.....	163

4.2	Regulamentação administrativa do aviso prévio	168
4.2.1	Responsabilização civil pelo descumprimento da obrigação de aviso prévio.....	169
4.2.2	Reuniões espontâneas e reuniões urgentes.....	170
4.2.3	Megamanifestações	171
4.3	Regulamentação administrativa de outras restrições estabelecidas por lei	172
4.4	Regulamentação legislativa local	175
4.4.1	Uso de máscaras	181
4.4.2	Porte de pedras, bastões, tacos, facas e artefatos explosivos.....	186
4.4.3	Intervenção estatal	189
4.4.4	Designação de local.....	192
4.4.5	Aviso prévio.....	193
4.4.6	Cobrança pelos custos das medidas administrativas de proteção	195
5.	Proposta de Intervenção.....	197
5.1	Breves conclusões sobre o direito fundamental de reunir-se pacificamente em vias públicas	197
5.2	Administração Pública dialógica e regulamentação administrativa do direito fundamental de reunir-se pacificamente.....	199
5.3	Minuta de decreto estadual.....	208
5.4	Cartilha de orientação	214
5.5	Anteprojeto de lei estadual.....	220
	Referências	227